

CONTRATO Nº 105/2022

Contrato para apresentação de 01 (um) show artístico musical celebrados de um lado o Município de Ipubi, Estado de Pernambuco, e do outro a empresa F VILDEMAR S. DA COSTA-ME “MZX ENTRETENIMENTO” na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE IPUBI, ESTADO DE PERNAMBUCO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, doravante designado **CONTRATANTE**, com sede nesta cidade, inscrita no CNPJ, nº 11.040.896/0001-59, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. Francisco Rubensmário Chaves Siqueira, brasileiro, casado, CPF nº 599.748.004-63, residente e domiciliado nesta cidade de Ipubi PE., e do outro lado, **F VILDEMAR S. DA COSTA-ME “MZX ENTRETENIMENTO”** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.484.236/0001-18, sediada na rua Sete, 41, conjunto Planalto Itaperi, bairro Parque 02 Irmãos, Fortaleza-CE, CEP 60.761-310, por intermédio de seu(ua) representante legal o(a) Sr(a) **Francisco Vildemar Santiago da Costa**, brasileiro(a), casado(a), empresário(a), RG nº CNH nº 04900605630-CE, CPF nº 040.390.043-37, residente e domiciliado(a) na rua B. nº 12, bairro Cajazeiras, Fortaleza-CE, CEP 60.864-465, doravante designado **CONTRATADO(A)**, celebram o presente com observância estrita de suas cláusulas em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam, em conformidade com os preceitos de Direito Público, além dos especificadamente previstos na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 8.883/94, de 08 de junho de 1994 – D. O. U., datado de 09 de junho de 1994, e ainda fundamentado no artigo 1º da Lei nº 9.648, de 27/05/1998, que altera os artigos 23, I e II e 24, I e II da Lei nº 8.666/93 vinculada a Inexigibilidade de Licitação nº 013/2022, Processo Administrativo nº 086/2022, nos termos do art. 25, III, da Lei 8.666/93, aplicando-se, supletivamente, os princípios da TEORIA GERAL DOS CONTRATOS E AS DISPOSIÇÕES DE DIREITO PRIVADO.

DO OBJETIVO E ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:

Cláusula Primeira: - Constitui objeto deste a contratação da empresa contratada para realização de 01 (um) Show Artístico musical, com o(a) Banda “Toca do Vale” nas comemorações alusivas à padroeira do distrito de Serrolândia “Nossa Senhora do Perpetuo Socorro”, em Praça Pública no dia 29 de setembro de 2022, com duração de 02h o evento artístico musical.

DO PREÇO, CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

Cláusula Segunda: - O contratante pagará a contratada o preço global de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), pelos serviços prestados com o evento.

Parágrafo Primeiro: O preço a que alude este item será pago no dia do evento musical;

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cláusula Terceira: As despesas decorrentes do presente processo correrão por conta de dotação orçamentária 13.392.0010.2042.0000 e elemento de despesas 3.3.90.39.00.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Quarta: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2022, com início da vigência a partir de sua assinatura.

DO FUNDAMENTO LEGAL:

Cláusula Quinta: Este contrato fundamenta-se no art. 25, III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Cláusula Sexta: O regime jurídico deste contrato confere ao contratante as prerrogativas relacionadas no artigo 58, da Lei 8.666/93;

Cláusula Sétima: - Constitui obrigação do contratante, além das constantes dos artigos 66 e 67 da Lei nº 8.666/93, a comunicação através do Serviço de Contabilidade, aos órgãos incumbidos de arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, das características e dos valores pagos referentes à liquidação das despesas deste contrato;

Cláusula Oitava: - São conferidas a Contratada os direitos relacionados no artigo 59, § 2º, artigo 79 e artigo 109 da Lei 8.666/93;

Cláusula Nona: - Constitui obrigação da Contratada além das constantes dos artigos 66, 68, 69, 70 e 71, da Lei 8.666/93, manter, durante a toda a execução em compatibilidade com as obrigações assumidas, responsabilizando-se a contratada por todos os encargos com a contratação.

DAS ALTERAÇÕES:

Cláusula Décima: - As alterações, por ventura, necessárias ao fiel cumprimento objeto deste contrato, serão efetivadas na forma e condições do artigo 65 da Lei 8.666/93, formalizadas previamente por termo aditivo, que passará a integrar este contrato;

DAS PENALIDADES:

Cláusula Décima Primeira: - Pela infringência a qualquer das cláusulas aqui ajustadas, bem como aos artigos 81, 86, 87 e 88, da Lei 8.666/93 e, notadamente, quando no atestado do objeto deste contrato, pelo contratante, verificar-se o não cumprimento, atraso injustificado, ou não realização do evento, o contratante aplicará uma multa contratual correspondente a 10,0% (dez por cento) do preço deste Contrato, assegurado o contraditório e ampla defesa, devendo o respectivo valor ser recolhido pela Contratada à Secretaria de Finanças, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento da notificação da penalidade, sem prejuízo da rescisão por parte do Contratante;

Parágrafo Único: Caso o(a) contratado(a) não realize o evento ficará sujeita a aplicação de uma multa no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor contratado para o evento, como forma de indenização pelos danos causados pela não realização do espetáculo, sem prejuízo de outras sanções de cunho administrativo.

DA RESCISÃO:

Cláusula Décima Segunda: - A inexecução total ou parcial deste contrato, dará ensejo à sua rescisão, assegurado o contraditório e ampla defesa, observadas as disposições deste contrato e da Lei 8.666/93, notadamente nos artigos 70; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 77; 78; 79 e 80, da Lei federal nº 8.666/93 e suas modificações, sem prejuízo das penalidades determinadas em Lei e neste instrumento;

Parágrafo Primeiro: Em caso de determinação de suspensão e/ou cancelamento do show por determinação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco-TCE/PE ou Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, considerar-se-á rescindido o contrato em decorrência de motivo de força maior, não gerando direito a nenhuma das partes (contratante e contratada) indenização, em caso de adiantamento de parcela caberá a contratada restituir a contratante os valores adiantado no prazo de 03 (três) dias corridos, sob pena de pagamento de multa de 10% sobre os valores adiantados.

DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO:

Cláusula Décima Terceira: O presente instrumento Contratual será celebrado com a Inexigibilidade de Licitação nº 013/2022, nos termos do art. 25, III, da Lei 8.666/93.

DO FORO:

Cláusula Décima Quarta: Fica desde já declarado pelas partes, com base no § 2º do artigo 55, da Lei 8.666/93, o foro da cidade de Ipubi-PE, para dirimir as questões suscitadas na execução deste instrumento.

E por estarem de pleno acordo, firmam as partes do presente instrumento em (02) duas vias, de igual teor e forma, para um único efeito de direito, na presença de (02) duas testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem.

Ipubi-PE, 23 de setembro de 2022

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUBI
-CONTRATANTE-**

**F VILDEMAR S. DA COSTA-ME “MZX ENTRETENIMENTO”
- CONTRATADO –**

Testemunhas:

1ª _____

2ª _____